



**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899, DE 2019**

Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo 1º do Art. 12 da Medida Provisória nº 899, de 2019:

**“Art. 12. ....**

**§ 1º O edital definirá as exigências a serem cumpridas, as reduções ou concessões oferecidas, os prazos e as formas de pagamento admitidas, observadas:**

**I - as vedações previstas nos incisos I e II e nas alíneas “a” e “b” do inciso III do § 2º do art. 5º; e**

**II - os limites previstos no inciso I do § 3º do art. 5º.**

**.....” (NR)**

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa harmonizar as condições para a celebração da transação no âmbito administrativo de maneira similar as condições a serem observadas no âmbito da Dívida Ativa da União. Dessa maneira, se impõe a vedação de concessão de descontos sobre o valor principal do tributo que ainda se encontra sobre administração e controle da Secretaria da Receita Federal, além de impedir a celebração de transação sobre multas decorrentes da prática de crimes fiscais e de fraudes tributárias. A omissão no texto original da MP 899/19 faculta que, no âmbito administrativo, poderá ser permitido descontos sobre o valor principal do tributo federal e sobre multas decorrentes de crimes fiscais o que acaba por incentivar a prática de sonegação fiscal, bem como a postergação sistemática do pagamento dos tributos, pois será mais favorável aguardar a celebração de transação num momento futuro.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.



SF/19177.93829-42



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Major Olimpio

**Senado Major Olimpio**  
**PSL/SP**

